

ANAIS DO  
VIII SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES  
UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA

Organizado pelo Prof. *Eurípedes Simões de Paula*

# A PROPRIEDADE RURAL

VOLUME II

LXV

Coleção da *Revista de História*  
Sob a direção do Professor  
Eurípedes Simões de Paula



SÃO PAULO — BRASIL  
1976

PROPRIEDADE E USO DA TERRA NA PERIFÉ-  
RIA NORTE DO RECÔNCAVO AÇUCAREIRO.  
Aspectos de história recente (\*).

---

**MARIA DE AZEVEDO BRANDÃO**  
do Departamento de Sociologia da Universidade Fe-  
deral da Bahia.

**INTRODUÇÃO.**

Apesar da formação de um incipiente parque industrial na Cidade do Salvador, do crescimento demográfico e da integração recíproca de suas diferentes áreas, o Recôncavo da Bahia preservou até a década de sessenta, em torno da cidade e dos restritos pontos diretamente afetados pelas operações da Petrobrás: um setor primário praticamente intocado em suas características estruturais em relação ao quadro deixado, após os anos vinte, pela última e breve fase de recuperação da produção açucareira na região.

Contudo, a partir do fim da década de sessenta, todo o Recôncavo, e principalmente sua área norte vem mudando rapidamente, em face das perspectivas de instalação do Complexo Petroquímico do Nordeste (COPENE) e da ação polarizadora de Salvador.

O que se tentará nesta comunicação é descrever alguns aspectos da estrutura de distribuição e uso da terra num município da área norte do Recôncavo, exatamente antes do início das referidas modificações, isto é, no período anterior e em torno de 1960.

Trata-se do município de Camaçari, local de implantação do Complexo Petroquímico e área adjacente ao Centro Industrial de Aratú e à Cidade do Salvador.

---

(\*) . — Comunicação apresentada na 2ª Sessão de Estudos, Equipe B, no dia 5 de setembro de 1975 (*Nota da Redação*).

O caso deste município antes de sua fase atual é tomado como ilustração de uma situação de periferia funcional e física em relação ao núcleo açucareiro do Recôncavo, e deve deste modo contribuir para especificar aspectos da região na fase final de sua história como cenário de uma produção monocultora de tipo tradicional (\*\*).

\*

### O COMPLEXO REGIONAL DO RECÔNCAVO.

A região que se veio a estruturar como Recôncavo da Baía de Todos os Santos, jamais fora, ecológica ou economicamente, um espaço uniforme, mas antes um complexo de sub-áreas especializadas. É necessário compreender as relações genéticas e estruturais dessas áreas em face do âmago açucareiro para que se possa esclarecer a própria natureza da organização da produção monocultora que por mais de três séculos dominou a região.

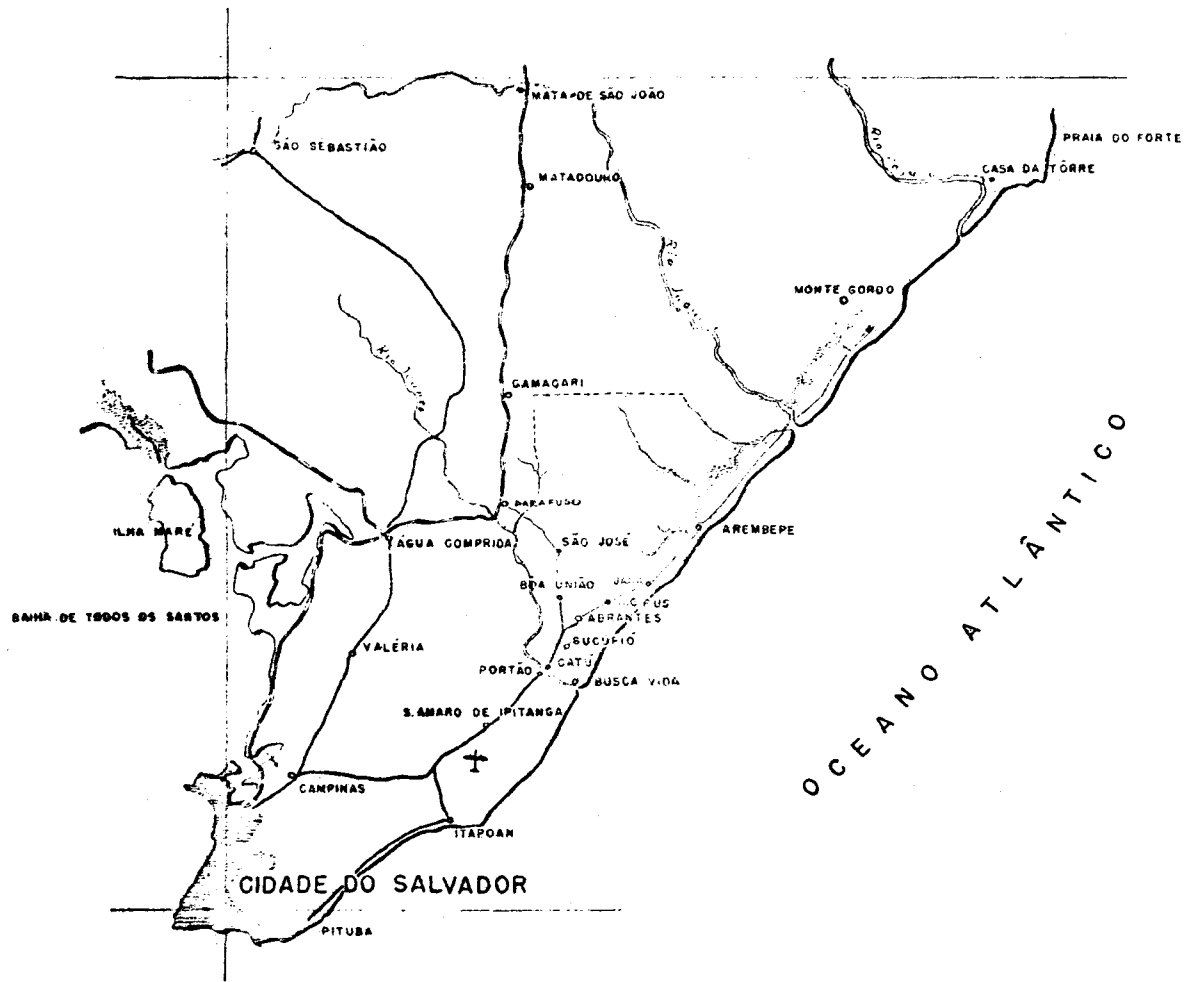
*Grosso modo*, o Recôncavo tradicional, nas condições em que o encontrou a Petrobrás, à altura de 1950, compreende quatro sub-áreas: a área do massapê, dominada pela produção do açúcar; o alto Recôncavo, a leste, dedicado basicamente à produção de fumo, mas também de alimentos, demograficamente denso e marcado por um processo de intensa minifundização; o baixo Recôncavo, ao sul, com maior frequência de médias e pequenas propriedades, e que se ocuparam sempre mais preponderantemente com a produção alimentar, assinalado pela presença de numerosas caieiras (fornos de preparação de cal) e olarias, exportadoras típicas de materiais de construção para Salvador e cidades próximas até a década de cinquenta; o Recôncavo Norte — retraído numa economia mista de agricultura alimentar, coco da Bahia, gado — demograficamente ralo e marcadamente isolado das demais áreas da região e da própria Capital, apesar de sua vizinhança com esta.

A influência da Petrobrás por sua vez revelou-se também desigual na região (1). A exploração do petróleo caminhou da área típica do massapê para o norte, afetando profundamente o âmago da antiga área da cana e, mais recentemente, o Recôncavo Norte, com a implantação do Conjunto Petroquímico e a abertura de poços ao norte desta área, deixando, praticamente, intocados o baixo e o alto recôncavos.

---

(\*\*). — Este trabalho baseia-se em dados de campo colhidos em 1956 e em 1963 e em dados censitários de 1940, 1950 e 1960.

(1). — Sobre a influência da Petrobrás, v. T. de Azevedo (1960); Ritz (1960); Talma Sampaio (1974); *A indústria petrolífera...*



Tipicamente, o Recôncavo dedica-se, desde o século XVI, à produção açucareira, cuja história se constitui aí num suceder de fases de prosperidade e depressão, que se alternam já desde muito cedo, por força de determinações de origem basicamente externa, mas que se mesclam progressivamente com fatores destas gerados internamente (2).

Entretanto, a cana-de-açúcar jamais subsistiu só ai, mas integrada num complexo de atividades espacialmente organizadas dentro da região. De um modo simplificado se poderia dizer que, nos momentos de prosperidade, encontrava-se no âmago do Recôncavo a produção da cana-de-açúcar e, nos diferentes setores de sua periferia geográfica, desenvolviam-se atividades complementares de produção alimentar, pecuária, extração de lenha, cultivo do fumo e produção de materiais de construção.

Com o tempo, sedimentou-se essa espécie de divisão de trabalho entre diferentes áreas, formando-se um complexo regional internamente diferenciado e razoavelmente autônomo, em que os segmentos periféricos desempenhavam funções essenciais à vitalidade ou mesmo à sustentação das atividades nucleares da economia regional.

A área norte do Recôncavo, com poucos trechos de solo propício à cultura da cana e de um modo geral menos favorável à agricultura que os demais, tendeu a tornar-se um desses segmentos especializados, inicialmente dedicada à produção pecuária e posteriormente mais voltada à produção de lenha. Contudo, situada nos limites da área de massapê e contando com algumas manchas isoladas deste tipo de terreno e de solos de tipo barreiras, o Recôncavo Norte foi ocasionalmente penetrado pela produção da cana.

Em virtude dessas duas formas de participação no complexo regional do Recôncavo, essa área desenvolveu-se em duas linhas. Uma derivada da dinâmica de uma zona especializada em certo tipo de produção complementar à produção do açúcar, e outra decorrente da dominância intermitente da própria produção monocultora e da condição de marginalidade face a esta mesma atividade e ao seu centro de dominância, nas prolongadas fases de depressão que afetaram a economia do açúcar na região.

---

(2). — Sobre a evolução econômica da região v. Pinho (1944); T. de Azevêdo (1955); Mattoso (1968, 1970, 1971, 1972 e 1974); Azevêdo e Lins (1969); Mattoso e Athaide (1971); Tavares (1964 e aulas no Instituto de C. Sociais, UFBA, 1963, mimeo.).

Esta alternância tornou-se notória a partir do fim do século XVIII, quando em meio a uma fase de prosperidade da economia do açúcar, os melhores pastos da área eram dados como ocupados com a cultura da cana (3).

Esse período de prosperidade prolonga-se até o primeiro quartel do século XIX, cedendo à depressão que, nas décadas de 20 a 60, atinge a economia açucareira no Recôncavo. Segue-se depois nova fase de recuperação, do período da Guerra da Secessão à Abolição, daí uma nova fase de retração, até a década de vinte, quando, pela última vez, os canaviais se expandem para o norte.

No curso do processo sumariamente referido acima ocorrem dois tipos de fenômenos: uns de caráter cíclico, exemplificados na alternância de atividades produtivas e de certo modo na aglutinação e fragmentação da terra em resposta às exigências da produção comercial; e outros, de caráter cumulativo, como é o caso do adensamento demográfico, da degradação do ambiente natural e da cristalização da estrutura social.

Como o saldo dos processos cumulativos tendeu a reduzir progressivamente a margem das opções econômicas abertas a cada diferente segmento territorial, desenvolveram-se com o tempo sub-especializações internas à área, resultando numa organização do espaço que reflete a dinâmica entre oportunidades econômicas e estrutura social.

Em Camaçari, devido à existência de manchas de solo favoráveis à cultura da cana, esta teve aí uma presença intermitente e espacialmente descontínua. Quando e onde a cana penetrou, a terra tendeu a concentrar-se e, retraída a onda de prosperidade da economia açucareira, a área ajustava-se à depressão valendo-se da extração da lenha e da expansão de outras produções comerciais compatíveis com a generalizada escassez de solos propícios a culturas mais exigentes.

A partir do fim do século passado, última fase de maior prosperidade da economia açucareira no Recôncavo, as grandes propriedades passaram sucessivamente por diferentes mãos — herdeiros ou novos compradores — fragmentando-se. Nas zonas de mais fácil acesso, uns e outros, incapazes de produzir, mas ansiosos por manterem-se no controle da terra, transformaram-nas em verdadeiras empresas extrativas. Aproveitando-se do mercado da Capital, toda a área oeste do município praticamente atirou-se à produção do carvão vegetal que

---

(3). — Cf. Carvalho (1958).

ainda na década de sessenta liquidava as últimas reservas de vegetação mais robusta restantes.

Nas áreas menos férteis, à medida que se foi esgotando a cobertura florestal, desenvolveu-se uma incipiente atividade extrativa, aproveitando-se dos depósitos locais de argilas finas. Em pontos isolados, as terras passaram ao controle direto de numerosos rendeiros e de resto permaneceram estagnadas nas mãos displicentes de proprietários descapitalizados ou ausentes.

Nas zonas de solo mais fértil, onde mais facilmente se reconstitui a vegetação em mata secundária de pequeno porte ainda aproveitável para o carvão, e onde o solo tem podido suportar continuada exploração agrícola, as grandes propriedades mantiveram-se de um modo geral íntegras recorrendo ao arrendamento em dinheiro e em espécie e realizando uma produção alimentar itinerante, associada à extração de lenha e à feitura de carvão vegetal (4). Por outro lado, nos pequenos sítios do interior e da costa, impróprios a outras das culturas praticadas na região, passou-se, em escala crescente, a cultivar o coqueiro (5).

Presente em toda a sua história e, de certo modo, quase universal na área, a criação de gado da terra também tornou-se uma das formas de ajustamento à retração econômica, desempenhando a função de manter na posse da terra antigos proprietários descapitalizados. Não só nos grandes estabelecimentos se recorreu à criação. Pequenos e médios proprietários a associaram à cultura de coco ou a uma reduzida fruticultura, em áreas que variam de cerca de 20 a 200 ha, particularmente concentradas a nordeste do município (6).

---

(4). — Cf. Viana (1893); B. Barros (1923). Vale notar aqui que, de acordo com o censo de 1872, ainda que fazendo reservas à sua exatidão, é forçoso admitir que a proporção de 7.757 pessoas livres do sexo masculino para 3.551 escravos do mesmo sexo encontrados nesta área revela a presença de explorações agrícolas de grande porte, nos moldes do resto do Recôncavo. Frente às crises subsequentes, antigos proprietários foram abandonando a região, que reagiu à crise pela expansão da agricultura de subsistência. Não é de estranhar que os últimos proprietários residentes que restaram, empobrecidos e incapazes de organizar a mão-de-obra local, passassem a arrendar suas terras a essa camada de pequenos lavradores. Aos antigos pequenos lavradores veio juntar-se parte do contingente escravo liberado e a região conseguiu certo equilíbrio ecológico graças a um regime quase de subsistência mínima. Sem a existência de um empregador que lhe oferecesse oportunidade de trabalho, a população que permaneceu passou a viver dentro de um círculo comercial local, produzindo para si e para pequenas trocas em feiras próximas.

(5). — Cf. Viana (1893); Bondar (1939).

(6). — Estes criatórios incluíam também caprinos e ovinos. Cf. Viana (1893).

Tem-se, assim, pelo menos a partir do fim do século passado, quatro diferentes linhas de desenvolvimento de modos de utilização da terra na área: primeiro, a agricultura de subsistência, que se constitui num instrumento da absorção dos excedentes de mão-de-obra, derivados da retração da economia de mercado e do próprio crescimento vegetativo da população; segundo, nos pequenos sítios próximos à costa, intensificou-se o plantio do coqueiro, já antigo na região (7); em terceiro lugar, manteve-se uma atividade pecuária residual, cujo volume oscila em resposta à dinâmica dos grandes estabelecimentos, alguns possivelmente antes dedicados à cana, e de pequenas e médias propriedades dedicadas à produção de coco; em quarto lugar, desenvolveu-se certa atividade extrativa, em áreas impróprias à agricultura; na costa, a pesca; no interior, a extração de argila; e, por toda parte, o carvão que, em resposta ao mercado da capital, tornou-se, nesses anos de retração econômica, uma atividade praticamente universal na área.

\*

#### *A ÁREA ESTUDADA: PAISAGEM E POPULAÇÃO.*

O Município de Camaçari, com 926 km<sup>2</sup> e 21.849 habitantes em 1960, situa-se a partir de cerca de 40 km ao norte da Cidade do Salvador, numa faixa de cerca de 20 km em média de largura, da orla marítima ao interior. Esta área corresponde ao extremo nordeste do Recôncavo e tem por limites ao sul e a leste o rio Joanes, ao norte um tributário do Pojuca — o Itapecirica — e a leste o mar, confinando com os municípios de Salvador (8), Simões Filho, Candeias, São Sebastião do Passé e Mata de São João.

Tais limites físicos impuseram certa unidade sócio-econômica à área, pois que dificultaram até a década de sessenta maior contato da população local com áreas vizinhas.

Essa unidade, por outro lado, não subentende uma homogeneidade interna, contrariada em primeiro lugar pelas próprias características fisiográficas da área, responsáveis por três tipos de paisagens distintas: uma faixa litorânea, de cerca de 3 a 6 km de largura na

---

(7). — Cf. Bondar (1939).

(8). — Pelo meado da década de sessenta foi criado um novo município — Lauro de Freitas — formado pela porção norte do que era o Município de Salvador no início da década, deixando de ser confinantes os municípios de Camaçari e Salvador. Contudo, como o eram na época do trabalho de campo e como o novo Município de Lauro de Freitas constitui uma área altamente integrada com Salvador foi desconhecido para efeito deste trabalho o referido desmembramento.

costa; zonas de colinas, de variado teor húmico, às vezes bastante acidentadas, correspondendo mais predominantemente à porção sul do município, entre a faixa litorânea e a margem esquerda do Joanes — área de Abrantes — e à porção nordeste dessa faixa à margem esquerda do Pojuca — área de Monte Gordo —, e os “tabuleiros” e planícies adjacentes, ocupando grande área do município, justamente em torno da cidade de Camaçari e da Vila de Dias d’Ávila.

A faixa litorânea é assinalada por uma orla de dunas por trás das quais há extensas áreas permanente ou temporariamente alagadas durante os períodos de chuva. Em trechos isolados, encontram-se manchas de terreno com certa fertilidade que permitem a prática de pequenas roças. De resto, esta faixa é ocupada por coqueirais geralmente antigos.

Mais para o interior, quando se iniciam as primeiras elevações, é que surgem os solos argilosos das colinas que marcam predominantemente as paisagens sul e nordeste do município. Estes solos não são uniformes. Em virtude do alto teor de ferro que caracteriza os solos da série “barreiras” a que se filiam, os topos das colinas submetem-se facilmente ao processo de laterização, resultando em áreas quase totalmente impróprias à agricultura. Por outro lado, determinados vales e as encostas adjacentes apresentam solos bastante férteis, sobretudo na área sul.

Finalmente, os “tabuleiros” são praticamente impróprios à agricultura e as planícies de sedimentação, caracteristicamente pobres, não se prestam senão a plantas pouco exigentes. O coqueiro, à custa de maior produtividade, tem sido a única cultura aí praticada. É nestas planícies e “tabuleiros” que se encontram frequentes depósitos de argilas finas e tabatingas ou caolins, os quais vêm sendo explorados industrialmente.

Em decorrência de tais características de solo e relevo, o município apresenta uma área de produção agrícola mais intensa a sudoeste e outra a nordeste, esta contudo mais propriamente agropecuária, e a extensa área de “tabuleiros” e planícies centrais praticamente desertas.

Devido às dificuldades de comunicação pela costa durante os períodos de chuva, entre as áreas sul e nordeste, de outra parte também separadas no interior pelos “tabuleiros”, essas áreas mantiveram-se até bem pouco tempo de certo modo isoladas entre si, dominando cada uma o respectivo trecho da faixa litorânea.

Na zona sudeste do município, em torno da velha sede municipal e primeiro centro de concentração demográfica da área — a Vila de

Abrantes — desenvolveu-se uma produção alimentar em grande parte destinada ao consumo local e realizada em “sítios” ou em regime de parceria ou arrendamento de pequenas parcelas de terra.

Nesta área, o desenvolvimento da estrutura fundiária foi bastante complexo, partindo da criação da gleba comunal da missão jesuítica do Espírito Santo, cuja sede foi transformada, no meado do século XVIII, em Vila de Abrantes, à ocupação da periferia, por fazendas de jesuitas e de “fregueses portugueses” que finalmente entraram pelo território da missão. (9)

Estabeleceu-se daí em diante uma espécie de moto contínuo de fragmentações e reaglutinações, que resultou numa variedade de tamanhos de propriedades e na minifundização de certas áreas onde a população se adensa progressivamente, vindo em vários casos a nuclear-se em pequenos povoados. (10)

Enquanto na área do atual distrito de Abrantes formara-se desde séculos atrás, uma organização do espaço relativamente complexa, graças ao papel catalítico desempenhado pela presença da missão jesuítica, a zona norte do município permaneceu indiferenciada, sob regime de propriedade monopolística da terra, voltada para a pecuária extensiva e ligada, até o século passado, à Casa da Torre.

Com o desmembramento dessas terras pelo fim do séc. XIX, passando a pequenos e médios proprietários, foram estabelecidos na área canaviais e pequenos engenhos — “engenhos de pau”. (11) Em dois pontos, por sucessivas fragmentação, formaram-se as atuais nucleações de São Bento e Bom Jesus.

As poucas engenhocas que chegaram a este século desapareceram pelos anos trinta. Daí para cá verificaram-se duas tendências que se mantiveram até mais ou menos 1950. A primeira resultou na cristalização da estrutura fundiária, segundo a qual antigos proprietários ou herdeiros seus mantêm a posse da terra, porém sob muito baixa produtividade. Nestas condições, o principal produto comercial é o côco, cultivado extensivamente e, ao lado deste, subsidiariamente, uma pequena pecuária e a produção de subsistência. Predominavam aí em

---

(9). — Cf. Bittencourt e Sá, 1758: As sucessivas concessões de terras na área de Camaçari desde o primeiro século, só poderiam ter levado a uma ocupação relativamente densa desta área por portugueses. Cf. Freire (1906, p. 15-27); Acciole (1937); Tavares (1964).

(10). — Vários dos nomes de localidades nesta área testemunham seu aparecimento em locais de antigas fazendas.

(11). — Cf. Registro de Terras, 1859.

sessenta a parceria e, secundariamente, o “dia dado” (\*) de trabalho e o arrendamento da terra. A orientação para o mercado era muito reduzida e praticamente ausente qualquer esforço de capitalização.

A segunda tendência resultou, como em Abrantes, na minifundiação de certas áreas, multiplicando os chamados “sítios” — pequenos lotes de cerca de 3 a 8 hectares ou ainda menores, às vezes de menos de meio hectare. A pequena extensão dessas áreas inibe a produção de subsistência que exige, com seu caráter itinerante, uma disponibilidade de terra pelo menos três vezes superior à área cultivada por ano. Em consequência disto, os proprietários de sítios dedicam-se à cultura do coqueiro e recorrem à parceria e ao arrendamento de terras de terceiros quando as suas são extremamente pequenas ou impróprias a qualquer cultivo.

A porção oeste do município — compreendendo os atuais distritos de Camaçari e de Dias d'Ávila — das margens do Joanes aos extensos “tabuleiros” e planícies centrais e atingindo ao norte as margens do Jacupe, permanece ainda hoje sob o regime da grande propriedade, ainda que a terra se tenha progressivamente fragmentado.

A vinculação mais intensa desta parte do município com a área da cana, como também as facilidades relativas de comunicação com a Capital — a que a mesma se liga por via férrea desde 1860 — concorreram para a permanência da área sob controle de um número relativamente reduzido de proprietários, antigos donos ou novos compradores, incapazes de explorar suas terras produtivamente ou simplesmente interessados na especulação imobiliária. Em qualquer caso, desta situação resultou um movimento de dispersão ou ao menos de não fixação da população, ao tempo em que se intensificou a exploração predatória e contínua da cobertura florestal.

Na parte mais central do município, a partir da estrada de ferro para a costa, as áreas de “tabuleiros” e as planícies sedimentares permaneceram totalmente abandonadas e às vezes como terras devolutas, até praticamente o meado do decênio de cinquenta. Havia até década de sessenta esporádicas explorações de tabatinga, e, nos limites dos “tabuleiros” com as áreas de colinas, algumas olarias produzindo para o mercado local.

---

(\*) . — A prestação de serviço por conta do uso da terra.

A faixa litorânea do município organizou-se em função da expansão da cultura do coco, respondendo ao problema dos excedentes de mão-de-obra que se formavam no interior com o desenvolvimento da pesca, responsável por um cordão de povoados costeiros (12).

Assim é que, no meado deste século, as atividades econômicas da área apresentavam-se organizadas espacialmente de modo mais ou menos nítido: na costa uma estreita faixa de coqueiros, às vezes não ultrapassando mais de quatro filas de árvores. Em seguida, no restante da planície litorânea, havia reduzidas “roças” de subsistência, até que em volta dos pequenos povoados, no limite da faixa litorânea com os terrenos de argila, realizava-se uma pequena agricultura de subsistência, aliada, também, em reduzida escala, ao cultivo de coqueiros.

Na porção sul do município — distrito de Abrantes — a atividade típica era a agricultura de subsistência, esporadicamente a pecuária; a Nordeste — distrito de Monte Gordo —, a cultura do coco aliava-se à produção de subsistência e à pequena pecuária. Mais para o interior ainda da zona norte, à margem esquerda do Pojuca, e no limite oeste do município, à margem esquerda do Joanes, onde a ocupação era, e o é ainda hoje, rala, persistiam algumas reservas de mata entre as quais se praticava a agricultura de subsistência aliada à produção de carvão vegetal.

Obviamente esta distribuição jamais se tornara rígida. A atividade pecuária, por exemplo, esteve sempre mais ou menos presente em todo o município, menos ligada a variações do meio, que lhe é ali geralmente propício, do que à dinâmica econômica da região. O cultivo do coco também, apesar de sua dominância na costa e no nordeste, tornou-se mais ou menos disseminado no município, tendendo a expandir-se progressivamente na zona de colinas e penetrando na década de sesenta as planícies internas de sedimentação. E a produção do carvão, embora mais típica das áreas acima mencionadas, era praticada também em vários pontos do município a depender da existência do que restasse de mata.

---

(12). — Segundo a tradição oral da zona de Jauá, este local fora ponto de desembarque de escravos no século passado. No início deste século, teria apenas 4 casas. Depois de 1910, por cerca de 10 anos, para aí vieram numerosos indivíduos, cujos sobrenomes são os da população atual. As famílias de residência mais antiga no local tendem a apresentar maior aparência de descendência negra e mesmo a maioria dos indivíduos mais escuros.

Em 1960, a população do município distribuía-se, em sua grande parte, em povoados que começam a partir de 10 a 20 até 250 casas e em dois centros urbanos maiores — a sede municipal e a sede do distrito de Dias d'Ávila (13). Ao longo da estrada de ferro estão os núcleos distantes e isolados entre si: Parafuso, com aproximadamente 700 habitantes, Camaçari, com 5.342 e Dias d'Ávila, com 2.519, naquele ano.

A outra linha de núcleos demográficos situa-se nos limites da faixa litorânea com as primeiras colinas, incluindo como principais núcleos, ao sul, Abrantes, Sucupiú, Gagirús, Maracaiuba, Areias, Açú, e ao norte, Coqueiro, Pau d'Arco, Monte Gordo, São Bento, Bom Jesus, Barra de Pojuca e Pojuquinha.

O terceiro eixo de povoados é constituído pelos arraiais pesqueiros de Busca Vida, Jauá, Arembepe e Porto de Guarajuba. Embora fora dos limites do município, pode-se incluir entre os últimos o arraial de Praia do Forte, com intensas relações com a zona de Pojuca e Pojuquinha.

Entre essas três linhas de ocupação, a população se distribuía de um modo geral em campo aberto, sendo quase desertos os “tabuleiros” e planícies centrais e a parte interior da planície costeira.

Em termos sócio-econômicas essa população se estratifica em três níveis:

a). — Proprietários rurais residentes, proprietários de áreas de tamanho variável, em geral entre 40 e 500 ha; donos de casas de negócio; empreiteiros de obras; grande parte dos funcionários públicos de carteira; proprietários de pequenas indústrias e administradores das empresas maiores.

Em termos do sistema social global, evidentemente este grupo integra um estrato de renda média, possivelmente mais próximos dos limites inferiores da “classe média”, vista em âmbito regional.

b). — Lavradores proprietários de sítios que oscilam entre 10 e 40 ha, variavelmente aproveitados; “donos de venda” (pequenos armazens); pequenos negociantes de peixe e produtos agrícolas; proprietários de pequenas olarias; mestres de pesca; oficiais de construção

---

(13). — Distrito desmembrado no decênio de cinquenta do distrito-sede de Camaçari, divisão ignorada no presente trabalho, em vista das semelhanças geo-econômicas e demográficas da área de Dias d'Ávila com a parte que restou do distrito-sede.

civil; certa parte do funcionalismo público; operários industriais semi-qualificados.

Para a grande maioria da população local, este grupo é o intérprete mais direto da ordem política e moral dominante e o intermediário nas relações políticas e sociais com os membros do grupo superior. Seus participantes são cabos eleitorais de políticos municipais, inspetores de quartelão que auxiliam o trabalho de delegados e sub-delegados; e, como empreiteiros de trabalho, são os recrutadores de mão-de-obra para os empreendimentos particulares e públicos em operação na área.

c). — Cultivadores sem terra — sejam arrendatários, parceiros, assalariados e proprietários de minifúndios; operários não-qualificados da construção civil e da indústria; empregados de balcão, empregados domésticos; soldados; serventes e trabalhadores braçais em órgãos públicos; pescadores.

Dentro da escala local de prestígio, este grupo divide-se entre o “lavrador”, trabalhador por conta própria, proprietário ainda que de pequeníssimo lote e possivelmente arrendatário ou parceiro em terras alheias ou simplesmente arrendatário ou parceiro — e, do outro lado, o trabalhador “de aluguel”, “a ganho”, “a dia” apenas, que na expressão local, “se aluga”, “vende o dia”, “trabalha para os outros”. Esta última categoria, ainda reduzida nas áreas rurais, cresce rapidamente desde o fim da década de cinquenta.

Como duas categorias sociais também vinculadas à estrutura social local, vale citar o grande proprietário ausente, displicente pela produção e indiferente quanto a assuntos de âmbito local, dono de terras que geralmente pouco lhe rendem e apenas aguardam valorização; e a figura em emergência do moderno produtor capitalista, agrícola ou industrial, que, na maioria das vezes, tem perante a região relações extremamente especializadas.

\*

### *A EVOLUÇÃO RECENTE DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA.*

De 1940 a 1960 a área total coberta por estabelecimentos rurais em Camaçari elevou-se de 29.638 ha a 75.413 ha. Esta expansão, que se acelerou na última das duas décadas com um acréscimo que correspondeu a 78% sobre a área ocupada em 1950, decorreu basicamente de operações especulativas inspiradas pela perspectiva de valorização da terra, por força da crescente integração da área com Salvador e da projetada localização do Complexo Petroquímico no

distrito sede do Município e do Centro Industrial da região de Salvador, na área vizinha de Aratú.

Alem disso, a descoberta de depósitos de caolim branco, na área centro-oeste do município, e de um lençol de água mineral no distrito de Dias D'Ávila também concorreram para a generalizada corrida pela terra.

Apesar disso, verificaram-se também certas alterações no setor agropecuário, cuja tendência predominante foi a expansão das áreas de lavoura. Ainda que a área total dos estabelecimentos se tenha expandido em todo o município, incorporando extensas zonas estéreis de "tabuleiro" e das planícies sedimentares internas, a área cultivada em 1960 alcançou 13,1% da área total ocupada, representando portanto um considerável avanço sobre 1950, quando aquela percentagem era de 3,4%.

Enquanto a área total ocupada por estabelecimentos agrícolas crescera entre 1950 e 1960 na razão de 78%, a área de lavoura se expandiu em 583% sobre a registrada em 1950, passando de 1.845 a 9.876 ha. Contudo essa expansão reflete muito mais a instalação de três colônias agrícolas ao sul do município e a utilização de trechos das planícies internas com cultivos extensivos do que um processo interno de transformação do setor primário.

O crescimento demográfico, a criação das colônias agrícolas e o estímulo por elas trazido à produção de consumo alimentar imediato, no sul do município, foram os principais fatores de elevação da taxa de utilização do solo, no período considerado. Contudo coube à pecuária e ao cultivo do coqueiro, a contribuição mais efetiva para a expansão da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários e da área de lavoura em particular, excluída a especulação imobiliária.

Embora com a desvantagem de um longo período de maturação e com altos custos de implantação, o cultivo do coqueiro representa um investimento de rentabilidade assegurada e de fácil administração e baixos custos de manutenção. Por estas razões constituiu uma atração perante investidores estabelecidos em outros setores de atividade, ou mesmo em diferentes ramos agropecuários, fora da área.

Quanto à pecuária, a expansão foi reduzida em termos do volume físico do rebanho — 56% entre 1950 e 1960, contudo o seu papel foi extremamente significativo no processo de acumulação e fixação de poupança e na redistribuição da terra, além das implicações sócio-estruturais destes processos.

Sob a recessão econômica que atingiu o Recôncavo até a década de cinquenta, a atividade pecuária no município mantivera-se praticamente estacionária representando apenas uma espécie de recurso de sobrevivência de certos estabelecimentos, num regime de generalizada descapitalização (14).

A partir de cinquenta, entretanto, essa atividade tem-se tornado um dos veículos de penetração de produções comerciais nas áreas rurais do município. Não se trata do crescimento de pequenos rebanhos dispersos, subsidiários a outras formas de atividades e fontes de renda, mas de uma expansão da atividade pecuária em pontos isolados do município, concentrada em estabelecimentos de área relativamente grande.

O que em realidade ocorreu foi o desenvolvimento de uma pecuária de proporções médias, para corte ou voltada para a produção do leite, ao lado de uma pequena pecuária de consumo local, ainda remanescente da atividade pecuária precedente, subsidiária à atividade agrícola.

No primeiro caso, o recurso à pecuária associou-se ao aparecimento de novos proprietários na região, quase sempre absentistas, e que recorrem à mesma como um recurso tático simultâneo de aplicação de poupança e de posse efetiva das áreas de que são titulares. Neste caso, a criação é feita em bases tecnológicas e organizacionais bastante rudimentares, sob uma baixa taxa de utilização do solo e reduzido emprego de mão-de-obra.

Já a criação do gado leiteiro, que envolve procedimentos mais complexos e uma utilização mais intensiva da terra, com pastagens cultivadas e arroteamento de pastos naturais, tornou-se uma alternativa muito menos frequente.

No caso da pequena pecuária, a tendência verificada no decênio de cinquenta foi a de ser um instrumento de manutenção do nível de renda de produtores descapitalizados e sob deficiente integração no mercado regional ou de tornar-se um veículo de acumulação primitiva tendente a produzir uma pecuária de porte médio de estilo capitalista.

Num município com terras sob crescente valorização, em virtude de sua localização face à Capital do Estado e às atividades industriais

---

(14). — V. por ex. Mattoso (1971 sobre os ciclos de conjuntura na Bahia.

a estabelecerem-se na área, a expansão da pecuária representou na verdade um veículo de penetração capitalista, num regime de exploração que se faz valer de baixos custos de operação, aliados à curta maturação do investimento e à simplicidade de administração da empresa.

Durante todo esse período, a distribuição da terra condicionou e refletiu essa evolução da produção. De 1940 a 1960, a minifundição foi a tendência predominante, não em prejuízo da grande propriedade, mas dos pequenos estabelecimentos de 1940. Com efeito, unidades de menos de 5 hectares que constituíam 17,0% dos estabelecimentos agrícolas de 1940 passam a constituir 37,8% do número total de parcelas em 1960, enquanto diminui a percentagem dos estabelecimentos de 5 a 20 ha, passando de 43,8% a 25,7% em 1960.

Ao mesmo tempo, verifica-se um aumento das unidades de 20 a 50 hectares, em parte refletindo os desmembramentos resultantes da criação de 107 lotes coloniais com áreas médias de 15 a 40 ha. Mas no conjunto os estabelecimentos de menos de 50 hectares conservam a mesma participação na área total ocupada : 9,5 em 1940 e 10,0 em 1960. Enquanto isto os médios e grandes estabelecimentos de mais de 200 hectares expandem-se ao ponto de ocuparem 81,3% da área total dos estabelecimentos, expansão que provavelmente deriva, nesse período, tanto da aglutinação de estabelecimentos menores em unidades maiores, quanto da conquista de áreas devolutas.

Alem do que possam revelar os dados censitários quanto à tendência à concentração da terra, a experiência de campo mostra decisivamente que nos anos que precedem a 1960 foram frequentes as reaglutinações de áreas confinantes e a concentração da propriedade, por compra em separado de diversas áreas não contíguas.

Na história recente da terra no município, as áreas de 20 a 50 hectares constituem tipicamente uma forma instável entre a grande ou média propriedade em fragmentação e o minifúndio, ou, ultimamente, um tipo de estabelecimento sujeito à aglutinação em unidades maiores.

Quanto a estabelecimentos de menos de 50 ha, a forma típica de reaglutinação ocorre entre herdeiros, um deles adquirindo, por compra, a parte dos demais. O outro padrão de concentração da propriedade é resultante da compra sucessiva de áreas contíguas ou não, por indivíduos de fora da região, com fins mais puramente especulativos do que a título de investimento reprodutivo em caráter imediato.

Frequentemente, tais proprietários associam a compra à aquisição de áreas devolutas. Um dos principais empreendimentos agrí-

colas da região, dispondo de uma área contígua de mais de 1.000 ha, resulta da compra de três parcelas a particulares e da requisição de uma área de terras devolutas ao Estado. Em outro caso, seis estabelecimentos não-confinantes compõem um conjunto sob controle unificado, somando um total superior a 4.000 ha. Um dos maiores proprietários locais, por exemplo, era titular de pelo menos oito diferentes estabelecimentos no início de sessenta.

Em todos os casos estudados de grandes explorações caracterizadas por compras sucessivas de diferentes áreas, seus proprietários são pessoas estranhas à área, produtores agropecuários em outros pontos do Estado ou comerciantes e profissionais liberais sediados na Capital.

A concentração da terra ocorre assim, não só pela reaglutinação e pela ocupação de extensas áreas devolutas, mas ainda pelo fenômeno invisível através dos dados censitários, da compra sucessiva por um mesmo indivíduo de diversos estabelecimentos não contíguos ou mantidos cada um sob administração independente.

Por outro lado a concentração da propriedade resulta de dois processos principais: da expansão de empreendimentos agrícolas e/ou pecuários de tipo capitalista e da especulação da terra decorrente das vantagens locacionais do município face à Capital e ao futuro principal núcleo industrial do Estado.

A evolução recente da distribuição da terra em Camaçari obedece assim a um padrão usual no Recôncavo, segundo o qual aos momentos de prosperidade econômica corresponde uma tendência à concentração da propriedade, ao tempo em que as fases de retração implicam na fragmentação de áreas e, de outro lado, na estagnação de grandes propriedades, sob uma administração omissa ou displicente, com baixa atividade produtiva (15). O saldo final tem sido a minifundização, de um lado, e a concentração da propriedade de outro, contrariado no caso estudado apenas pela interferência direta de origem governamental, expressa, como vimos, nas experiências de colonização, ou por força de loteamentos especulativos na periferia das concentrações urbanas.

\*

---

(15). — V. por exemp'lo Schwartz (1973) e Schwartz (Elite Política, ... s.d.).

### *PADRÕES DE USO DA TERRA.*

Em termos da área cultivada, o cultivo do coqueiro, ocupando 1.660 ha em 1961 (16), e em visível expansão, em sessenta, constitui cada vez mais a principal produção agrícola local.

Esta lavoura apresentava-se no início da década, no município, sob três estágios distintos: velhos coqueiros, onde são frequentes árvores de trinta e mais anos, resultantes do plantio ocasional em alguns casos, ou de decadentes plantações feitas pelos anos vinte, particularmente na costa, plantações sistemáticas, embora sob trato muito rudimentar, implantadas nas décadas de quarenta e cinquenta e grandes novas plantações promovidas sob razoáveis padrões técnicos, por compradores recentes de terras no município.

A baixa taxa de ocupação da mão-de-obra nesta lavoura torna-a porem menos significativa na área do que à primeira vista poderá parecer. De fato, em termos de mão-de-obra empregada, a agricultura tradicional de subsistência é a forma dominante de atividade agrícola ainda.

Com uma área que possivelmente supera aquela oficialmente registrada, a produção de artigos de subsistência cobre não menos de 200 ha, contando-se apenas o plantio de mandioca. Essa produção é tipicamente feita em “roças”, termo que designa a exploração de uma área de geralmente um hectare com uma cultura alimentar temporária dominante, de fins comerciais, associada a culturas alimentares para consumo próprio do lavrador. A designação aplica-se a áreas sob variadas formas de posse permanente ou temporária da terra.

Alem de principal absorvente de mão-de-obra, a importância da lavoura de subsistência deriva de várias outras razões: primeiro, a mesma está quase invariavelmente presente em todos os estabelecimentos agrícolas locais; depois, prevalece-se de grande parte das áreas mais férteis da região; alem disto, a sua produção constitui, invariavelmente, para o “lavrador” local — proprietário renderio ou parceiro — um elemento obrigatório de composição de sua renda bruta; finalmente, a “roça” de subsistência ocorre tambem associada à implantação de culturas permanentes e à abertura de pastagens.

As formas mais tradicionais de “roça” são, primeiro, aquela vinculada às pequenas propriedades de cerca de três hectares, distribuidas em redor dos núcleos populacionais situados nas terras mais férteis; e, segundo, aquela praticada nas grandes propriedades das zo-

---

(16). — Estimativa do Departamento Estadual de Estatística, Bahia.

nas de colina e às margens dos principais rios, em que tal produção é feita basicamente por lavradores sem terra, em regime de parceria da produção ou de arrendamento da terra. Em qualquer caso, a “roça” em si ocupa, em geral, de meia a quatro tarefas e é trabalhada por um só homem ou por ele e sua família. Seu tamanho deriva geralmente dessa disponibilidade de força de trabalho.

A natureza do solo, na área de Camaçari, exige, para uma “boa” roça, a disponibilidade de uma área que inclua uma parte alta e outra de “baixada”, de modo a garantir uma produção de inverno a verão. A falta de renda e de capital em mãos do lavrador para o sustento de sua família na fase do plantio e para o eventual pagamento de mão-de-obra extra impõe ainda que a área obtida tenha uma cobertura aproveitável para o fabrico de carvão, cuja venda proporciona os recursos necessários até a colheita.

A “roça” alia-se também à abertura de pastos, representando para o proprietário uma forma de “limpa” auto-financeável. A outra condição de recurso à agricultura alimentar tradicional liga-se à expansão recente de culturas comerciais permanentes. Nestes casos, a mandioca, que é geralmente o cultivo preferido, é plantada logo em seguida à implantação da cultura permanente, entre os espaços deixados pela última. No caso de coqueirais, as “roças” são feitas até o quinto ou sexto ano, se muito, desaparecendo com o desenvolvimento das novas árvores, e podendo ser repetidas vários anos depois, aproveitando os espaços não sombreados entre as plantas crescidas. São frequentes “roças” plantadas entre árvores antigas nos ralos coqueirais da orla marítima.

Ao lado da “roça” de subsistência, a outra atividade amplamente difundida na área, em pontos onde ainda resta alguma mata, é a produção pura e simples de carvão vegetal ou a extração de madeira para lenha. Nessas áreas, enquanto a cultura de subsistência cabe em geral a parceiros, e, às vezes, rendeiros que, como vimos iniciam o trabalho com a produção do carvão, certos proprietários promovem diretamente a derrubada da madeira sem a subsequente utilização agrícola do solo.

A pecuária é outra atividade generalizada na área e apresenta-se segundo três padrões básicos: criatórios extensivos de gado da terra para corte; criações mais intensivas de gado semi-raciado para a produção leiteira e criações em pequena escala, da mais variada composição — bovinos, suínos, caprinos, ovinos — subsidiárias à atividade agrícola e voltadas para o consumo local.

O primeiro tipo de criatório — a pecuária extensiva de “gado da terra” — foi, como se sabe, atividade importante no passado (17). Durante toda a primeira metade deste século não parece que a mesma se tenha expandido. Ainda assim, à medida em que se desorganizaram as antigas fazendas locais e que se desenvolveram as vinculações das estações de estrada de ferro com a Capital, grandes áreas passaram, por compra, algumas vezes em leilões em hasta pública, às mãos de comerciantes ou profissionais residentes na Capital, ou de produtores de outras áreas do Estado. Estes, de um modo geral, recorreram à pecuária extensiva como um meio da utilização efetiva da terra e de fixação de poupanças.

O mecanismo de expansão e retração desse tipo de atividade liga-se particularmente às oscilações da função empresarial. Em passado recente, nas propriedades onde a deficiência do capital ou ausência pessoal dos proprietários dificultaram uma exploração efetiva em termos agrícolas, a atividade pecuária tornou-se um recurso de manutenção da propriedade da terra. Tanto que em áreas de solo mais fértil, uma vez intensificada a demanda pela terra, a produção pecuária extensiva foi ocasionalmente expulsa em favor da agricultura.

Presentemente a situação é diferente. A pecuária extensiva utiliza-se de certas áreas de tabuleiros e de solos laterizados das colinas, ocorrendo a depender da existência da grande propriedade e cada vez mais ligada a novos compradores.

Tais criatórios representam uma forma de inversão bastante atraente para o proprietário ausente, motivado pela expectativa de valorização da terra e de manutenção de patrimônio. Com exceção da construção de um cercado, que muitas vezes é dispensado graças à frequente existência de cursos de água, a fazenda de gado para corte não requer outras instalações, utilizando uma reduzida mão-de-obra, remunerada em bases extremamente baixas.

Este tipo de pecuária constitui, pois, uma forma de ocupação do solo com três vantagens principais: a relativa liquidez do investimento, a extrema facilidade de manejo da produção e os baixos custos de operação da mesma.

O segundo tipo de criação — a do gado leiteiro — tem sido mais ou menos constante nas áreas sul e oeste do município, ao menos neste século. Contudo, esta produção, como o cultivo de laranja e outros

---

(17). — A presença de gado para corte e tração na periferia da área de produção de cana é documentada por inúmeros fontes contemporâneas, V. por ex. Schwartz (1973).

produtos do pomar, está tão intimamente ligada também a proprietários provindos de fora da região e ao absenteísmo e transitoriedade dos mesmos, que a sua história é marcada por sucessivos altos e baixos (18).

Criatórios de gado leiteiro ocorrem na zona sudoeste e oeste do município, aproveitando-se de terrenos de relevo diversificado e de melhores solos em que são possíveis o cultivo de pastos artificiais e o suprimento de boas aguadas. Este tipo de pecuária exige uma parcela relativamente grande de capital fixo e instalações e inversões contínuas em pastos cultivados e na compra de animais raciados.

Por outro lado, a complexidade do trato do gado leiteiro exige, da parte do produtor, um nível cultural mais alto e um controle mais intenso das atividades de produção. Acresce que, não existindo até o início da década de sessenta um sistema regional integrado de escoamento da produção e não constituindo os núcleos locais um mercado suficiente para a produção leiteira, o produtor é obrigado a prover-se de transporte próprio para conduzir o leite fresco ao consumidor, na Capital (19).

Tudo isso tornou inacessível a produção leiteira aos médios e grandes proprietários residentes, geralmente descapitalizados e não familiarizados com processos mais complexos de produção e, com os canais muito pessoais de comercialização do leite em Salvador na época. Assim, as tentativas de criação de gado leiteiro têm sido feitas sempre por produtores vindos de fora da região, proprietários transitória ou permanentemente ausentes, dispendo de certo capital e exercendo supervisão ainda que indireta da exploração.

Contudo, apesar da relativa complexidade de operações envolvidas neste tipo de pecuária, para estes proprietários, em geral de nível educacional alto e habituados a ocupações urbanas, a produção de leite representa uma atração em vista de sua relativa rentabilidade e fácil manejo administrativo.

Entretanto, a tênue vinculação destes proprietários com a terra, que para si é fundamentalmente um bem patrimonial, leva facilmente ao abandono de tais iniciativas. O primeiro obstáculo à comercialização do leite, por exemplo, ou à regular administração da fazenda,

---

(18). — Esta parece ter sido uma característica comum a toda a bacia leiteira que abastecia Salvador no meado deste século. Cf. Almeida, 1959, tabelas 11/17.

(19). — V. Almeida (1959).

como a perda de um administrador que vinha antes “tomando conta” da mesma, é pretexto para o desmantelamento da produção.

Não raro o motivo é totalmente estranho à atividade e ao estabelecimento em particular, vinculando-se a circunstâncias ocasionais da vida pessoal do proprietário ou de sua família residente em Salvador. Em consequência, frequentemente encontram-se instalações totalmente abandonadas, às vezes em ruínas, em meio a propriedades semi-desertas, entregues a um antigo empregado ou parente idoso do proprietário, sem meios nem autorização para utilizar as terras.

Compreende-se porque, embora a proximidade do mercado de Salvador seja naturalmente um forte incentivo a tal atividade, a natureza da relação produtor-terra não favorece o desenvolvimento progressivo e estavel da produção leiteira, que assume por isto um caráter intermitente.

O terceiro tipo de atividade pecuária é aquele já referido, praticado em pequena escala, partindo de duas ou três cabeças de gado, cujo rebanho se expande, em geral, quase que tão somente ao ritmo do seu crescimento natural. Este tipo de criação sempre esteve presente no município e é praticado por um número considerável de pequenos produtores. Sua principal peculiaridade é a de ser parte de um sistema de economia semi-fechada em que exatamente é o animal vendido localmente — rês, porco, carneiro — que constitui a única produção comercial, às vezes aliada à do coco.

\*

### *TIPOS DE UNIDADES DE PRODUÇÃO.*

As produções acima relacionadas na realidade aparecem raramente isoladas, mas em complexos típicos, segundo padrões específicos de associação entre as mesmas.

Em primeiro lugar, em importância pela área e pela mão-de-obra que absorvem, estão as médias e grandes fazendas sub-utilizadas das áreas de colina e das margens do Joanes, onde se pratica a “roça” e se produz o carvão vegetal. Nestas, a área utilizada é ínfima, em relação à extensão do estabelecimento, e a economia é predatória por excelência, seja na derrubada sistemática da mata, seja na destruição direta ou indireta do solo, com um saldo crescente de terrenos empobrecidos.

O outro tipo de estabelecimento, segundo em importância pela área que ocupa e pelo volume de população que dela depende, é a

fazenda tradicional de coco, no litoral. São grandes extensões de coqueirais antigos, entre os quais se pratica uma pequena agricultura de subsistência ou, em alguns casos, a pequena pecuária para consumo local.

Nas grandes propriedades — marcadas, em geral, pelo absentismo dos proprietários — a produção de subsistência é feita em escala muito reduzida pela pequena mão-de-obra permanente existente na fazenda ou, esporadicamente, por lavradores sem terra, residentes nos núcleos costeiros. O proprietário da terra e sua família, mesmo quando presentes, geralmente abstem-se da pequena agricultura, pois a produção comercial do coco é relativamente grande em volume.

Nas explorações de área média ou pequena — geralmente de proprietários residentes — o baixo volume de renda propiciada pela venda do coco induz ao recurso a outras atividades por parte do produtor e de sua família. Nestes casos, a densidade de ocupação da terra com culturas anuais é muito mais alta e a associação com a pequena pecuária é frequente. A produção de subsistência é praticada muitas vezes pelo próprio produtor em regime de família extensa, mas é também facilitada a parceiros, rendeiros e moradores. O gado criado entre o coqueiral é geralmente objeto de trato do produtor e de membros de sua família. Tais características permitem considerar este tipo de estabelecimento como um padrão à parte, o terceiro entre os aqui relacionados.

O quarto tipo de unidade produtiva é o “sítio” de coqueiros, pequenas áreas onde praticamente o coqueiro é a única cultura. Frequentemente, o “sítio” resulta da fragmentação da terra por herança. Em certos casos, esta fragmentação é posterior ao estabelecimento do cultivo do coco, em outros casos este é um recurso de utilização mais rentável da terra, nessas glebas ínfimas onde são inviáveis culturas anuais, devido à rápida exaustão do solo.

Nos estabelecimentos de grande extensão, a relação área cultivada-área total jamais põe em iminência o perigo da falta de terra. Há uma espécie de fronteira aberta. Mas nos estabelecimentos de pequena área a terra rapidamente se esgota, daí porque seus proprietários são levados a recorrer a culturas permanentes inserindo-se no sistema de produção comercial. Tem-se então, paradoxalmente, de um lado, às vezes, o grande e médio proprietários sob uma economia reduzida voltada para o mercado, e, de outro, o proprietário de minifúndio, frequentemente dependente da produção comercial apenas.

Outra linha de origem do “sítio” é a fixação de antigos rendeiros que plantaram em terras arrendadas vários pés de coqueiro e as-

sim fixaram-se permanentemente na mesma. Os “sítios” dessa origem têm uma tendência a desaparecer, ou a não mais se formarem, em virtude de os proprietários atuais vetarem a rendeiros, moradores e parceiros o plantio de plantas permanentes, justamente pelo temor de fixação dos mesmos na terra.

Uma variante deste padrão é o quintal de fundo de casa nos núcleos populacionais. Aí, mesmo sob baixa rentabilidade, pratica-se uma limitada agricultura alimentar que se resume quase que apenas à horticultura de pauta tradicional — iiló, tempero verde, leguminosas, tomate de rama, maxixe e ervas medicinais, com a presença de alguns poucos pés de coqueiro.

O quinto tipo de unidade, importante em particular pela área relativa que ocupa, se bem que muito menos pela mão-de-obra que engaja é a fazenda de criação extensiva de gado de corte. Neste tipo de estabelecimento é possível encontrar-se ou frequentemente encontram-se limitadas áreas sob cultivo de “roças”, praticadas pela reduzida mão-de-obra permanente ou por eventuais arrendatários e parceiros residentes fora dos mesmos.

A tendência, porém, é de expulsão da lavoura de subsistência, em virtude da pecuária e da difícil proteção das “roças” contra as incursões do gado. De um modo geral, nestes estabelecimentos não há pastagens artificiais e somente esporadicamente aparecem outras reduzidas criações do tipo “de quintal”, para consumo do produtor e família ou, em alguns casos, do encarregado local da fazenda.

Outro padrão é constituído pelos estabelecimentos produtores de leite, que utilizam a terra em grande parte de modo extensivo, exceto numa pequena percentagem da área ocupada com pastos cultivados. A exigência de maior controle da produção nestes casos motiva visitas mais frequentes do proprietário, que excepcionalmente reside na fazenda. Por esta razão, existem, com mais frequência, nestes estabelecimentos, culturas de pomar ao lado de alguma criação “de quintal”. Como nos demais estabelecimentos pecuários, a agricultura de subsistência é limitada e permanentemente ameaçada.

Finalmente, o último padrão de uso da terra representa a forma emergente de culturas permanentes, comportando crescente teor de racionalidade. Quanto às novas plantações de coco, são raros os estabelecimentos em que esta cultura liga-se exclusivamente à nova fase. Muitas vezes é frequente a presença de velhos coqueiros ao lado de novas plantações ou mesmo de árvores antigas isoladas em meio às novas plantas.

Esta forma de utilização da terra faz-se em dois tipos principais de estabelecimentos. Nas pequenas propriedades de antigos residentes

locais ou em alguns lotes coloniais e nos grandes estabelecimentos comprados por produtores de fora. Nos lotes coloniais e nas pequenas propriedades, as novas plantações de coqueiros com frequência subsistem ainda ao lado de culturas de subsistência ou são implantadas em associação com as mesmas, aí cultivadas até cerca do quinto ano.

O sistema de implantação de culturas permanentes associadas à agricultura de subsistência envolve um contrato particular de trabalho com a mão-de-obra local. O proprietário que deseja implantar determinado número de pés de coqueiro ou outra planta, propõe a um lavrador local ceder-lhe uma área na qual este deverá plantar os coqueiros, inclusive as vezes fornecendo a própria semente, sem contudo receber qualquer remuneração em dinheiro, mas apenas o direito de utilizar-se da mesma terra com culturas anuais para seu consumo ou comércio.

Nas grandes propriedades inexitem praticamente “roças” de subsistência, exceto as permitidas à mão-de-obra permanente, pois nem aos produtores interessa praticá-las, nem os mesmos admitem com facilidade a cessão de áreas em arrendamento ou parceria. Nestes casos, a população permanente é bastante limitada e a tendência é expandir, por completo, outras formas de utilização da terra.

Onde o cultivo é feito com grande preocupação de racionalidade é totalmente ausente inclusive a associação inicial entre a cultura permanente e a de subsistência, pois este padrão condiciona geralmente um nível tecnológico inferior de implantação das plantas permanentes, que em sessenta incluíam também a mamona e o sisal.

\*

### CONCLUSÃO.

De um modo geral, poder-se-ia dizer que a dinâmica do uso da terra em Camaçari, pelo meado desse século — fase que precede à atual reestruturação da economia do Recôncavo — derivou basicamente de dois processos: da preservação da terra sob um padrão de propriedade privada concentrada — ainda que a custa da circulação de proprietários, da intermitência de diferentes atividades produtivas e mesmo da improdutividade — e dos mecanismos de sobrevivência da população local constituída em larga escala por pequenos e não proprietários.

Os dois processos não estiveram contudo isolados. A concentração da propriedade expressou e condicionou uma importância predominante do capital como determinante da produção e submeteu por

isto a área a uma alternância de empreendimentos descontínuos que ora requisitaram mão-de-obra, mas igualmente ora a dispensaram. Por sua vez, a dificuldade e crescente impossibilidade de acesso a terra pela população local que se acumulou com o tempo na área, permitiu uma variedade de arranjos na organização da produção, nos quais a participação da mesma se fez sob a mais aguda e continuada espoliação. A minifundização, um entre outros testemunhos da situação, é suficiente para demonstra-lo.

Por outro lado, é preciso observar que dois processos presentes na área em momentos anteriores, aceleraram-se a partir do meado deste século: de um lado o avanço de monoculturas terra-e-trabalho-extensivas e a reativação da pecuária em competição com a produção de subsistência, e, de outro, a especulação da terra com a crescente resistência dos proprietários à cessão de áreas a lavradores autônomos. Em consequência, desencadeou-se um processo de deslocamento e assalariamento de grande parte dessa população, expressa nos dados censitários pelo crescimento muito maior da população economicamente ativa dependente da agricultura (115,9%, de 1950 a 1960) do que da população rural (23,3%, no mesmo período), progressivamente concentrada em nucleações urbanas.

As características da estrutura fundiária e as oportunidades econômicas reservadas à população local constituem assim as duas faces de um processo em que os modos de utilização da terra se apresentam como soluções necessariamente instáveis das tensões entre as relações de produção e a dinâmica dos recursos produtivos.

Esse processo não se restringe à área e ao período estudados. A evolução da estrutura fundiária em Camaçari constitui um testemunho de processos que têm por referência o Recôncavo em sua totalidade. Contudo há duas condições peculiares aos mesmos que tornam muito mais evidentes aí as tendências que caracterizam a dinâmica econômica da região como um todo.

Tratando-se de uma periferia ecológica, onde as condições ambientais condicionaram uma participação física ambígua da área na produção direta da mercadoria hegemônica da região no passado e a produção essencial porém complementar a esta — a de animais e combustível vegetal, nela se tornaram mais expressos os efeitos das restrições sofridas pela produção nuclear da região.

Isto não quer dizer que as contrações da produção açucareira tivessem que resultar necessariamente em situações de crise em suas periferias, mas que estas puderam com mais facilidade, pela sua diversidade física e de produção, absorver os efeitos daquelas contra-

ções segundo padrões mais explícitos de acomodação à retração do capital. O principal motor dessas acomodações foi nesses momentos a necessidade de absorver a oferta de trabalho sobrando, sem contudo alterar a estrutura de acesso à terra.

Entretanto, a esta função conjuntural somou-se a função estrutural dessas áreas, de manter um excelente de mão-de-obra, intolerável dentro das áreas mais propícias à produção da cana, e de ao mesmo tempo preservar suas zonas mais ricas para as expansões cíclicas daquela produção comercial.

\* \* \*

\*

#### *Bibliografia.*

- ACCIOLE (Inácio), — *Memórias históricas e políticas* (1843). Salvador, Imprensa Oficial da Bahia, 1937.
- ALMEIDA (Aristeu Barreto de). — *Problemas do abastecimento do leite em Salvador*, Salvador, CPE, 1959.
- AZEVEDO (Thales de). — *Povoamento da cidade do Salvador*. 2ª edição, São Pau'lo, Nacional, 1955.
- AZEVEDO (Thales de). — *Problemas sociais da exploração do petróleo no Recôncavo*. Bahia, Imprensa Oficial da Bahia, 1960.
- AZEVEDO (Thales de) e VIEIRA LINS (E. Q.). — *História do Banco da Bahia, 1858-1958*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1969.
- BARROS (F. Borges de). — *Dicionário geográfico e histórico da Bahia*. s. l. p., s. c. p., 1923.
- BITTENCOURT e SÁ (João F.). — *Resposta ao questionário constante do processo para promoção da aldeia do Espírito Santo a Villa Nova de Abrantes do Espírito Santo*, 11 de outubro de 1758.
- BONDAR (Gregório). — *O coqueiro no Brasil*. Instituto Cultural do Fomento Econômico da Bahia. *Boletim*, 7, 1939.
- CARVALHO (Ana Dias da Silva). — *Feira de Santana e o comércio do gado*. *Boletim Paulista de Geografia*, São Pau'lo, 28: 14-36, mar., 1958.
- FREIRE (Felisbello). — *História territorial do Brasil*. Rio de Janeiro, Tipografia do Jornal do Comércio de Rodrigues & Cia., 1906.
- MATTOSO (Katia M. de Queiroz). — *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, resensão de André João Antonil, traduction française et commentaire critique par André M. Mausuru. Paris, Institute des Hautes Etudes de l'Amerique Latine, 1968.
- MATTOSO (Katia M. de Queiroz). — *Conjoncture et société au Brezil a la fin du XVIIIe; prix et salaires a la veille de la Revolution des Alfaia-tes, Bahia, 1778*. Separata de *Cahiers des Ameriques Latines*, 1970.

- MATTOSO (Katia M. de Queiroz). — Os preços na Bahia de 1750 a 1930. L'histoire quantitative du Brésil de 1800 a 1930. *Coloques Internationaux du Centre National de la Recherche Scientifique*. Paris, 543: 161-182, out. 1971.
- MATTOSO (Katia M. de Queiroz). — A propósito de cartas de Alforria. Bahia 1779-1850. *Anais de História*. Assis (4): 23-52, 1972.
- MATTOSO (Katia M. de Queiroz). — Os escravos na Bahia, no alvorecer do século XIX; estudo de um grupo social. *Revista de História*. São Paulo, 109-105, 1974.
- MATTOSO (Katia M. de Queiroz) e ATHAIDE (Johildo). — Epidemias e flutuações de preços na Bahia no século XIX, l'histoire quantitative du Brésil de 1800-1930. *Colloques internationaux du Centre National de la Recherche Scientifique*. 543: 183-202, 1971.
- PINHO (José Wanderley de). — *História de um engenho no Recôncavo*. Rio de Janeiro, 1944.
- REGISTRO de terras da Câmara Municipal da Vila de Abrantes. *Arquivo Público do Estado*.
- SCHWARTZ (Stuart B.). — *Elite políticas and the growth of a peasantry in late colonial Brazil*. Inédito.
- SCHWARTZ (Stuart B.). — Free labor in a slave economy: the lavradores de cana of colonial Bahia. In: ALDEN (Dauril). Org. — *Colonial roots of modern Brazil*. Berkeley, University of California Press, 1973.
- TALMA SAMPAIO (Fernando). — *Aspectos da regionalização do desenvolvimento industrial, o caso baiano*. Salvador, FCE, UFBA, 1974.
- TAVARES (Luiz Henrique Dias). — *Aspectos da Criação de Vilas na Bahia, 1964*.
- VIANA (Francisco Vicente). — *Memórias sobre o Estado da Bahia*. Bahia, s.c.p., 1893.

\* \* \*

### INTERVENÇÃO.

Do Prof. *Luiz Mott* (Universidade Estadual de Campinas.SP).

Pergunta:

“A Autora, no início, criticou a teoria do dualismo. Não acha que o conceito de “âmago-periferia” é necessariamente dualista, portanto incapaz de dar conta da dialética sócio-estrutural?”

Declara:

“Não concordo que a parceria seja uma relação “pré-capitalista”. A rigor só podemos chamar a meiação e as demais formas de trabalho semelhantes de *pseudo-parceria*, pois são formas disfarçadas de assalariamento.”

## RESPOSTA DA PROFESSORA MARIA AZEVEDO BRANDÃO.

Ao Prof. *Luiz Mott*.

Disse:

“A referência à questão do dualismo foi feita ao iniciar a exposição oral da comunicação escrita e não aparece nesta. Contudo, certamente, vale a questão uma vez que, como afirmei, os dados do estudo de que procede a comunicação constituem uma demonstração das impropriedades das perspectivas de índole dualista.

Numa concepção dualista, as categorias centro e periferia assumem um caráter explicativo e as realidades a que se referem são concebidas sob dinâmicas independentes, abstraindo a unidade de determinação de ambas. Nas concepções centro-periferia mais ingênuas chega-se a ver essa relação inclusive como uma oposição estrutural.

O meu uso do conceito de âmago (ou núcleo)-periferia comporta duas observações e diverge da percepção dos modelos dualistas. Em primeiro lugar, a expressão foi usada em referência a uma dimensão espacial e a uma diferenciação setorial, com uma função descritiva, no primeiro caso em sentido concreto e, no segundo, analógico.

A referência é feita a uma região dominada e geneticamente estruturada por uma atividade produtiva — a produção do açúcar — que por seu caráter primário vincula-se fortemente a um território que, fisicamente heterogêneo, a condiciona diferencialmente no espaço. Por outro lado, dentro da sua área de viabilidade ecológica, uma ocupação inicial historicamente situada teve lugar e a partir dela organizou-se o espaço físico da produção.

Por sua vez as exigências de capital fixo reforçaram essa dependência do espaço. Neste sentido, a escravaria, pelo seu volume e pelas instalações de morada que requeriam, constituíam parte desse capital e mais um elemento de fixação.

Finalmente dados os recursos tecnológicos disponíveis e a natureza do solo nas áreas mais propícias ao cultivo da cana, a abertura de vias de tráfego foi sempre dificultada e a isto somou-se a alta relação entre volume físico e valor da produção, para forçar um padrão denso de ocupação e por sua vez uma tendência centrípeta na expansão desta.

Assim a ocupação e utilização econômica do solo fizeram-se em relação a um epicentro físico e dele afastaram-se apenas em função

do dinamismo geral da economia. Nas zonas mais distantes ou menos propícias à cana, a ocupação tendeu por isto a ser menos densa e menos homogênea em relação ao âmagô geográfico da região. A periferia, sempre movel, progredindo e retraindo-se, ora mais larga, ora mais delgada, constitui assim uma categoria descritiva cujo referente não pode ser de modo algum tomado de modo rígido, nem visto como um princípio de organização da realidade.

No caso do Recôncavo açucareiro da Bahia, como em outras áreas de ocupação primária, fisicamente isoladas de outras áreas economicamente dinâmicas, essa imagem de uma região dotada de um âmagô em referência ao qual se estruturam vários segmentos periféricos, ou seja uma periferia diversificada, tem mais uma razão objetiva de ser na existência de uma fronteira aberta, fronteira esta que se organizou lentamente e exatamente sob a direção da atividade hegemônica representa pela produção do açúcar.

Quando essa fronteira incorporou novas áreas à região, o fez em função da complexidade das atividades que se viabilizaram nessas áreas no interesse da produção do açúcar. Dadas as determinações técnicas dessa produção, a região só se constituiu quando o espaço se organizou de um modo dinamicamente diferenciado. A relação centro-periferia aí constitui portanto um fenômeno derivado, e não primário.

Segundo a dimensão setorial, o conceito é usado para distinguir uma atividade produtiva tomada por referência daquelas que lhe estão a montante, numa analogia de base espacial; essa atividade é vista como uma função nuclear que requisita outras atividades essenciais, porém indiretas, como, no caso da produção de açúcar, a produção de alimentos e materiais de construção e de energia.

Na concepção usada por mim, o conceito âmagô — periferia não tem caráter analítico e por isto não pretende dar conta da dialética sócio-econômica. Pelo contrário, pretende apenas revelar como esta dialética expressa-se no espaço, constituindo e criando uma superestrutura, isto é, a organização física da região, descrita mas não explicada pelos termos acima.

Evidentemente que descrita em tais termos a região, centro e periferia foram usados como local de determinadas atividades e funções, o que não deve ser confundido com atribuir a tais categorias um caráter explicativo”.

\*

“A referência à parceria como relação pre-capitalista também surgiu na exposição oral. Mas interessa discuti-la uma vez que se liga também ao tema do dualismo.

Antes de tudo, a questão não me parece simples do ponto de vista formal. Em primeiro lugar é preciso distinguir a natureza em si da relação como forma de remuneração de fatores. Dado o seu caráter variável em função da produtividade esperada do solo — daí a meia, a terça e a quarta — e da produtividade efetiva do solo — expressa pelo volume total da produção que é afinal o que determina o volume das partes retiradas pelos contratantes, a parceria como é genericamente praticada na área, no momento estudado, pode ser concebida como renda da terra.

O salário não é variável, muito menos em função da produtividade da terra. Variando, poder-se-ia pensar num componente agregado de lucro, isto é, um salário ao qual se deixasse presa uma parcela da mais-valia, da qual se deduziriam perdas — menor produtividade do solo ou redução da produção por força de atos da natureza — implicando em menor parcela de remuneração ao trabalhador.

É por outro lado possível contra-argumentar que a desvantagem progressiva para o trabalhador, da partilha, em função da produtividade do solo — descendo da quarta à terça e desta à meia — poderia apenas significar um ajuste do volume da remuneração às necessidades de reprodução da força de trabalho, de modo que em verdade a remuneração do trabalhador mantém-se invariante e por isto a “parte” — meia, terça ou quarta — se assemelharia ao salário.

Esta alternativa pode inclusive ganhar mais força perante o caso da participação do proprietário com parcelas de capital constante, como ferramentas, fertilizantes, corretivos, sementes e inseticidas, pois remuneração do trabalhador mantém-se invariante e por isto a “partilhidade de este participar do lucro decorrente daquela parte do capital.

Contudo, isto não elimina a presença de um componente variável na composição da “parte”, isto é, a parcela da diferença de produtividade do solo — mesmo que entendido este como parte do capital constante — ou das variações de ambiente. Em qualquer caso, restaria uma fração mesmo que próxima de zero — mas nem por isto menos real — de lucro retido pelo trabalhador. Poder-se-ia chamar a isto de salário?

A coisa porem complica-se ainda mais quando se observa o caso em que o proprietário participa do processo pagando também um salário ao parceiro — sua “despesa” — e deduzindo, antes da partilha, o total desembolsado do valor total da produção. Neste caso fica evidente que a participação do proprietário se faz sob uma modalidade típica de relação capitalista, entrando explicitamente com um

capital de produção — o salário do próprio parceiro, sem falar no fato de que a partilha é feita em função do valor comercial esperado da produção. Então no fim, o que realmente representaria a “parte” do trabalhador depois de todas as deduções, inclusive do seu salário?

Como se vê a questão não é tão simples e há a segunda parte, isto é, a do significado da natureza da relação quanto ao modo de produção a que porventura se vincule. Aqui não é possível raciocinar em abstrato. Na situação estudada, a parceria dá-se basicamente segundo a sua forma clássica, isto é, sem outra participação do proprietário além da terra em si, embora se generalizem as variantes que incluem outras participações deste, inclusive o pagamento daquele “salário”, se quisermos, “parcial” — “a despesa” do trabalhador. Na situação usual, a parceria ocorre em partee dentro de um regime de produção praticamente sem acumulação e onde o proprietário e sua família dispõem do produto da terra para seu consumo direto ou indireto. Em outros casos o produto da terra retirado pelo proprietário — o caso do titular ausente de grandes extensões — corresponde a uma espécie de tributação aplicada em serviços e benfeitorias destinadas a manter a propriedade patrimonial. Não se poderia dizer que de modo imediato a renda da terra e o lucro se destinem a constituir um capital de produção, embora se esteja dentro de uma economia tipicamente capitalista.

Nestes casos, a parceria em si não pode ser concebida facilmente como uma relação capitalista típica, ainda que ela decorra de um modo de produção capitalista e exista em uma economia capitalista.

O seu caráter pré-capitalista contudo não subte de modo algum uma procedência temporal do ponto de vista genético, nem uma associação a outro princípio de organização da produção, como poderia ser o caso de uma organização de tipo feudal. Além disso, mesmo na sua forma mais arcaica, a parceria não se opõe à direção geral da produção capitalista. Em seu padrão clássico, ela parece antes constituir uma forma atípica de resolução de problemas estruturais — a preservação de uma excelente mão-de-obra sem comprometer parcelas de capital variável — e conjunturais — as trocas não monetarizadas em situação de depressão e em zonas periféricas menos especializadas, quando e onde se reduz o fluxo monetário.

Porque chamar então de “pseudo-parceria” a uma relação que em verdade se dirige e coopera com a acumulação capitalista, mas que não atende plenamente às características típicas do assalariamento, sobretudo considerando que a mesma não é uma relação exclusiva de um modo particular de produção.

A questão e o comentário acima levam-me a ver a parceria como uma relação compatível e cooperante com um modo capitalista de produção, embora de caráter menos universal e típico que outras relações, sobretudo em suas formas mais recentes e em situações onde a produção se apresenta generalizadamente dirigida à acumulação, sem que por isto se deixe de distingui-la do assalariamento em sua forma pura e dominante.”